

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS -
CTCOB
ATA DA 35ª REUNIÃO**

Data: 22 e 23 de junho de 2005

Local: Centro de treinamento do IBAMA- SAS 6º andar- Brasília

PARTICIPANTES:

- Ministério da Agricultura - MAPA: Eduardo A Cadavid (educa@ sede.embrapa.br)
- Ministério da Integração: Jader Paulo Gonçalves Verdade Junior (jader.verdade@gmail.com)
- Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho (norma.carvalho@cidades.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Pedro Carlo Pociotti (pedro@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - MMA: Weber de Avelar Silva (weber.silva@mma.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Eliseu Itiro Ayabe (eayabe@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: Alberto Simon Schwartzman (alberto.simon@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SC/RS: Rui Batista Antunes (gehid@sds.sc.gov.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Décio Michellis Júnior (decio.michellis@gruporede.com.br)
- Usuário/Indústria: Patricia Helena Gambogi Boson: (tita@net.em.com.br)
- Comitês de Bacias Hidrográficas- Luiz Roberto Moretti- (lmoretti@sp.gov.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa- Jaildo Snatos Pereira (jaildo@yahoo.com)

CONVIDADOS:

- Maria Cristina Yuan- crisyuan@ibs.org.br
- Maria de Fátima Araujo Paiva- maria.paiva@codevasf.gov.br
- Raquel Scalia Alves Ferreira- raquel.scalia@mma.gov.br
- Rachel Landgraf de Siqueira- rachel.siqueira@mma.gov.br
- Valeria Almeida Lopes de Faria- vfaria@cemig.com.br
- Roberto Alves Monteiro- roberto.monteiro@mma.gov.br
- Aureliano Cesar Martins Silva- aureliano.cesar.silva@mma.gov.br
- Flavio A. Simões- executivo@ceivap.org.br
- Hendrik Lucchesi Mansur- hlmansur@ceivap.org.br
- José Cupertino Tenorio Netto- abinam@abinam.com.br
- José Leomax dos Santos- leomax@ceivap.org.br
- Fabíola Maria de Lima e Silva- fabiolalima@elabore.com.br
- Fabiana Toledo- fatoledo@furnas.com.br
- Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas- vargasma@terra.com.br
- Manoel Otoni Neiva- neiva@utejf.com.br

RELATORIA:

- Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH / MMA – Tel: (61) 4009-1809 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Aos 22 dias de junho do ano de dois mil e cinco, com início às dez horas , a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 35.ª reunião em Brasília, convocada há doze dias, sob a presidência do senhor Décio Michellis Júnior, tendo como relator o senhor Ednaldo Mesquita Carvalho.

1 Seguem os informes e as deliberações da Ordem do Dia. *Item 1 – Abertura Informes* - Com a
2 presença de 14 membros e 15 convidados, o Presidente da CTCOB iniciou a reunião
3 agradecendo a presença de todos. O presidente da CTCOB informou a todos sobre a XIII
4 reunião ordinária do CNRH a ser realizada no dia 18/07. Teceu comentários específicos para um
5 dos itens de pauta relacionado a alterações no regimento interno do CNRH. As alterações que
6 estão sendo propostas dizem respeito a atribuições da Secretaria Executiva do CNRH que
7 passaria a ter maiores atribuições relacionadas ao Planejamento de Médio e Curto Prazos,
8 integração entre câmaras técnicas e entre outros Conselhos Colegiados. Comentou o Sr. Décio
9 que o que se propõe para o CNRH vem ao encontro do que a CTCOB está pretendendo fazer no
10 momento, inclusive rememorou toda a vida da CTCOB ao longo das 35 reuniões, enfatizou que a
11 maior maturidade, adquirida por todos, deverá auxiliar muito na continuidade do processo de
12 planejamento em curso. Dando continuidade aos informes, foi comunicado o encaminhamento
13 da questão formulada pelo CEIVAP relacionada à deliberação que parcelava débitos de usuários
14 das águas da Bacia. Foi informado pelo Sr. Décio que o ofício e os anexos contendo Leis,
15 Decretos e Portarias relacionadas ao assunto foram muito bem recebidos pela CTCIL, com o
16 alerta de que a solução para o problema dos débitos no CEIVAP exige segurança jurídica para o
17 tomador de decisão. Foi avisado pelo Sr. Pedro Pociotti que a CTCIL solicitou à CONJUR do
18 MMA e Procuradoria da ANA subsídios para o encaminhamento à Plenária do CNRH, informou
19 ainda, que na ANA caberá ao Diretor Oscar a responsabilidade de propor o encaminhamento a
20 ser dado para o problema. A Conselheira Patrícia Boson reconhece que não poderá haver
21 renúncia fiscal através de deliberação de um Comitê de Bacia ou CNRH. Entende a
22 complexidade da questão, mas espera que a Procuradoria da ANA possa encontrar uma solução
23 para o problema. Voltou a insistir que a cobrança deveria estar fora do orçamento da ANA, disse
24 que a Agência, hoje, não tem limite orçamentário para abrigar os recursos arrecadados na Bacia
25 do Rio Paraíba do Sul, alertou que na medida em que outros comitês vierem a implementar a
26 Cobrança, o problema tende a agravar. Recomendou que a CTCOB não desista de lutar para
27 desvincular do Orçamento da ANA os recursos da Cobrança. O Sr. Pedro Pociotti alertou que
28 está havendo inadimplência por parte dos usuários da Bacia do Paraíba do Sul, na sua maioria
29 Prefeituras Municipais. A execução desses débitos levaria essas prefeituras ao CADIM com
30 serias implicações sociais. Foi recomendado que fosse feito um convite formal aos responsáveis
31 pelo GT Interministerial para que fosse feita uma apresentação sobre os andamentos dos
32 trabalhos do GT na próxima reunião da CTCOB nos dias 20 e 21/07. Ainda como informe, o Sr.
33 Décio Michellis comentou sobre Pls em tramitação no Congresso, em especial o PI 304, de
34 autoria do Senador Rodolpho Tourinho que “blinda” os recursos da Cobrança pelo Uso dos
35 Recursos Hídricos, recomendou articulações com o Senador. Prometeu enviar para todos um
36 levantamento que está fazendo relacionando todos os Pls em tramitação no Congresso Nacional.
37 Em seguida, porque iria ausentar-se da reunião, o Presidente da CTCOB adiantou seus
38 comentários sobre o Item 2 da Pauta que trataria de proposta de resolução que regulamentaria o
39 artigo 21, parágrafo 4.º da Lei 9984 de criação da ANA. Inicialmente, rememorou todas as
40 resoluções anteriores sobre o assunto, prioridades para a aplicação dos recursos da Cobrança.
41 Defendeu que é importante refletir na resolução as prioridades estabelecidas no PNRH em
42 elaboração e aquelas contidas nos Planos Estaduais de Recursos Hídricos. Disse que há
43 necessidade também que o PPA na sua revisão anual reflita em ações estas mesmas prioridades.
44 Lembrou que na resolução 49 houve uma tentativa de coerência entre a previsão orçamentária e
45 o orçamento proposto. Chamou a atenção para os artigos 3º, 4º e 5º da proposta de resolução em
46 estudo. Disse que percebeu uma tendência de expansão do número de comitês e conseqüente
47 sobrecarga da CTCOB. É de opinião que as informações devem ser enviadas à ANA e não à
48 CTCOB. Essas críticas tecidas pelo Sr. Décio teve o apoio dos demais membros da CTCOB.
49 *Item 3 da pauta- Processo de discussão para elaboração da proposta de Gestão Estratégica da*
50 *CTCOB* – O Presidente da CTCOB introduziu o tema, lembrando o que ocorreu na reunião 32.ª,
51 ocorrida na ANA, na qual o assunto foi discutido e teve a adesão voluntária e espontânea da Sra.
52 Raquel Scalia se dispondo a trabalhar a redução do documento texto e auxiliar a CTCOB no

1 desenvolvimento do seu processo de Planejamento. Antes do início dos trabalhos a serem
2 conduzidos pela Sra. Raquel, a Conselheira Patrícia Boson solicitou mais um espaço para fazer
3 duas considerações de ordem geral. A primeira é sobre a Cobrança pelo uso dos Recursos
4 Hídricos no Brasil. Disse que -“sem solução dos problemas atuais, não há como expandir a
5 cobrança no Brasil”. Sente que há uma crise existencial, relacionada ao assunto e que o País
6 ainda não está preparado para a cobrança. A segunda ponderação, feita pela Conselheira, está
7 relacionada à necessidade ou não das reuniões terem a duração de dois dias. Pediu a todos, em
8 especial ao presidente, para refletirem sobre o assunto. Ainda como assuntos gerais, foi
9 solicitado pelo Sr. Pedro Pociotti que fosse pautado para a próxima reunião uma discussão com
10 técnicos do Estado de Minas Gerais sobre o Decreto recentemente publicado, instituindo a
11 cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos no Estado. Retornando ao assunto de pauta, o
12 presidente Décio passou a palavra para a Sra. Raquel iniciar o trabalho com a Câmara, visando o
13 Planejamento da CTCOB. A Sra. Raquel, inicialmente, explicou os motivos da sua presença e
14 procurou deixar claro que a sua participação era pessoal e não institucional, disse que o tema era
15 do seu conhecimento e que estava disposta a contribuir com o processo. Para facilitar o
16 entendimento de todos, proferiu uma palestra comentando todos os passos a serem dados e quais
17 seriam os produtos a serem obtidos naquela oportunidade, (**palestra anexa**).A Conselheira
18 Cristina Yuan ponderou sobre o estabelecimento do planejamento estratégico da CTCOB e que
19 sua visão de futuro depende de uma visão do CNRH e da própria Política de Recursos Hídricos.
20 Aproveitando a intervenção, o Sr. Rui, representante do Estado de Santa Catarina, concordou
21 com a conselheira. Na opinião do Presidente da CTCOB, a ferramenta de Gestão Estratégica é
22 aplicável em qualquer nível. O fato do CNRH não ter definido sua missão, sua visão de futuro,
23 não impede que a CTCOB avance. Após apresentação da Sra. Raquel, os membros da CTCOB
24 optaram pelo retorno da pauta, deixando o trabalho de Grupo para o período da tarde. Atendendo
25 o que foi proposto pelo grupo, o Presidente deu andamento à reunião passando para a discussão e
26 aprovação da ata da 34.ª reunião. Com pequenas alterações propostas pela próprio presidente da
27 Câmara, a ata foi aprovada. Retornando à pauta passou-se às discussões do *Item 3- Análise de*
28 *proposta de resolução que regulamenta o Art. 21 parágrafo 4.º da lei 9.984-* Inicialmente,
29 diversos membros da CTCOB manifestaram suas opiniões críticas à proposta de resolução em
30 análise. As críticas foram tecidas basicamente para os artigos 3.º, 4.º e 5.º principalmente, por
31 entender que uma Câmara Técnica do CNRH não tem funções executivas. A Sr. Valéria
32 perguntou como seria a relação do CNRH após resolução aprovada com os Comitês de Bacia de
33 Rios de domínio dos Estados. Foi explicado pela Conselheira Cristina Yuan que o Caput do
34 artigo a ser regulamentado trata apenas dos comitês em Rios de domínio da União, em seguida
35 foi explicado pela Conselheira os motivos que a levaram a pedir vistas na proposta de resolução
36 anteriormente encaminhada à plenária do CNRH. Basicamente os motivos relatados diziam
37 respeito à amplitude da proposta de resolução, tentando regulamentar dois aspectos distintos
38 quais sejam: “Prioridades para aplicação dos recursos da Cobrança e Articulação da União com
39 os Estados, visando o gerenciamento dos Recursos Hídricos de interesse comum”, Art. 4.º da lei
40 9.433. A conselheira Patrícia Boson ainda pondera que a resolução em questão regulamentará os
41 recursos relativos aos valores arrecadados com a cobrança no setor elétrico, porque a cobrança
42 chamada “condominial” já está regulamentada pela Lei 10.881. As prioridades no caso são
43 estabelecidas na Bacia, conforme Plano de Recursos Hídricos. Como encaminhamento, foi
44 proposto por ela a elaboração de um nova proposta de resolução. O Sr. Cadavid disse que a
45 resolução estava tratando de assuntos muito específicos em detrimento dos assuntos mais gerais,
46 como deve ser uma resolução. Fez sugestões de emendas aditivas ao Art. 1.º, no qual deveriam
47 ser colocados a importância dos aspectos contidos nos Planos de Bacia. Criticou o anexo da
48 proposta, por entender que o que estava sendo solicitado, eram aspectos inerentes a planos
49 diretores municipais e como os demais, também não concordava que a CTCOB viesse a ter
50 funções executivas, como previsto na proposta. O Sr. Pedro Pociotti questionou o fato de que os
51 recursos arrecadados só poderiam ser aplicados em bacias onde existam comitês instalados e
52 questionou como fazer com aquelas bacias sem comitês. A Sra. Cristina Yuan, em resposta, disse

1 que o poder público deveria ter outras fontes de receita para fomentar a implementação do
2 sistema nacional de Recursos Hídricos, não devendo depender apenas dos recursos arrecadados
3 com o setor Elétrico. Como proposta de encaminhamento, foi ponderado pelo Sr. Décio
4 Michellis que as propostas em discussão foram rejeitadas pelo CNRH e aquela em discussão,
5 pela própria CTCOB. Diante das circunstâncias, perguntou se a ANA e SRH não queriam,
6 juntas, preparar uma nova proposta de resolução. Seria a proposta formal do executivo. Não
7 havendo interesse dos representantes presentes da SRH e ANA para elaborar outra proposta de
8 resolução, o presidente da CTCOB estendeu a consulta aos demais membros da Câmara. A Sra.
9 Patrícia Boson se dispôs a fazer uma nova proposta de resolução, a ser analisada na próxima
10 reunião. Na tarde do primeiro dia, o Presidente da CTCOB teve que ausentar-se e a coordenação
11 dos trabalhos passou para a responsabilidade do Sr. Pedro Pociotti. Consultados os presentes,
12 todos optaram por continuar os trabalhos de Planejamento da CTCOB iniciado na parte da
13 manhã. Em seguida, foram constituídos dois Grupos de Trabalho, contendo em cada grupo pelo
14 menos uma pessoa que já havia preenchido os questionários encaminhados anteriormente, como
15 solicitado. Os Grupos tiveram como tarefa a compatibilização dos questionários e a formulação
16 de um proposta de Missão, Visão de Futuro e Objetivos da CTCOB. Os dois grupos formados
17 trabalharam ao longo de toda a tarde do primeiro dia e ficaram, ao final, com a incumbência de
18 indicar um relator para, no segundo dia, apresentar os produtos do Grupo. *Segundo Dia* – Às
19 9:30 h foi iniciado o segundo dia da reunião com a apresentação dos relatores dos Grupos
20 constituídos no dia anterior. A moderadora dos trabalhos Sra. Raquel solicitou a apresentação
21 dos relatores dos grupos, para exporem suas propostas de Missão para a CTCOB: Grupo 1-
22 Discutir, debater e intercambiar assuntos relacionados à cobrança pelo uso dos recursos hídricos,
23 de forma a orientar as decisões do CNRH com qualidade e eficiência. Grupo 2- Subsidiar o
24 CNRH na correta implementação da cobrança pelo uso da água. Após discussões, foram
25 fundidas as duas propostas iniciais, ficando assim a **missão da CTCOB**: *Debater, analisar e*
26 *acompanhar assuntos relacionados à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, de forma a*
27 *subsidiar as decisões do CNRH, com qualidade e efetividade.* Em seguida, foram apresentadas as
28 conclusões dos grupos a respeito da Visão de Futuro que se tem para a CTCOB. Grupo 1-
29 Consolidar a cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos como instrumento econômico eficiente e
30 eficaz de gestão e gerenciamento dos recursos naturais. Grupo 2- Fornecer contínuas
31 contribuições para a melhoria do instrumento cobrança pelo uso da água. Após discussões, com a
32 fusão das duas propostas ficou assim o que pensaram os presentes como **visão de futuro para a**
33 **CTCOB**: *A cobrança pelo uso dos recursos hídricos consolidada, como instrumento econômico*
34 *eficiente e eficaz de gestão das águas.* Em termos de objetivos para a Câmara ficou estabelecido,
35 após ouvir as opiniões dos dois grupos, os seguintes **Objetivos para a CTCOB**a)- *Contribuir*
36 *para o sucesso na implementação da cobrança;* b)- *Alcançar a adequação das normas*
37 *administrativas e financeiras para dar base a implementação da cobrança pelo uso dos recursos*
38 *hídricos;* c)- *Divulgar resultados de seus trabalhos e acompanhar a aplicação do instrumento.*
39 Concluída a primeira etapa dos trabalhos de planejamento da CTCOB, o Sr. Pedro Pociotti
40 agradeceu à Sra. Raquel pela ajuda, e ao mesmo tempo, solicitou que ela permanesse ajudando
41 a Câmara nas próximas etapas do Planejamento. Por solicitação dos representantes do CEIVAP e
42 AGEVAP presentes na reunião, foi proposta e aprovada alteração de pauta antecipando o *Item5-*
43 *Relato sobre o andamento dos trabalhos dos Grupos*- O relator da CTCOB aproveitou o
44 momento para esclarecer a todos os presentes como foram constituídos os 11 grupos que a
45 CTCOB já criou, sendo que 8 deles já haviam concluídos os seus trabalhos com seus produtos
46 finais já disponibilizados. Disse ainda que o GT de acompanhamento da implementação da
47 Cobrança no CEIVAP vinha sendo coordenado pela Sra. Marilene Ramos e que, infelizmente,
48 ela não mais poderia responsabilizar-se pelo GT. Foi ainda dito pelo Relator que em boa hora,
49 quando da Oficina no Rio de Janeiro, o Presidente da CTCOB consultou o Sr. Leomax sobre a
50 possibilidade de a AGEVAP desempenhar este papel. Com a aceitação por parte da AGEVAP, a
51 CTCOB ganha em termos do cumprimento de uma de suas responsabilidades que é a de “avaliar
52 as experiências em implementação, dos processos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos”. O

1 Sr. Leomax, diretor da AGEVAP, fez uso da palavra e rememorou o encontro ocorrido no Rio de
2 Janeiro, com o Sr. Décio Michellis. Explicou que devido às suas múltiplas atividades ele
3 pessoalmente não poderia assumir a função de coordenador do GT, mas estaria delegando esta
4 responsabilidade ao Sr. Hendrik Lucchesi, coordenador de gestão da AGEVAP. O Sr. Leomax,
5 em seguida, apresentou toda a diretoria do CEIVAP e AGEVAP, respectivamente, a Sra. Maria
6 Aparecida Vargas, Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP e Secretária
7 Executiva do CEIVAP. Estavam também os vice presidentes, Sra. Vera Lúcia Teixeira e Sr.
8 Manoel Otoni Neiva, além dos coordenadores da AGEVAP- Flávio Simões e Hendrick L
9 Mansur. Como desafio de curto prazo, está a revisão dos critérios de cobrança da bacia,
10 conforme deliberações 8 e 15 do CEIVAP, citou também, como mais um desafio, a solução das
11 questões decorrentes da transposição de águas do Paraíba do Sul para o sistema Guandu de
12 abastecimento de água da região metropolitana do Rio de Janeiro. Comentou ainda sobre as
13 dificuldades decorrentes das legislações, muitas vezes divergentes, dos estados de MG., SP. e
14 RJ., dificultando os entendimentos com os usuários que hoje são responsáveis por uma
15 inadimplência de cerca de 40%. Mencionou que há necessidade premente de que o Pacto entre os
16 estados de MG., SP. e RJ. ocorra o mais rápido possível. Relatou que a cobrança pelo uso da
17 água na Bacia já está produzindo resultados, que intervenções concretas estão sendo feitas com
18 sucesso. Após relatos do diretor da AGEVAP, o Sr. Pedro Poccioni agradeceu e colocou a
19 CTCOB como um local disponível para serem trazidas e discutidas todas as dificuldades
20 decorrentes da implementação da cobrança na Bacia, e assim, seriam somados os esforços. Em
21 seguida, usou da palavra o Sr. Neiva, vice-presidente do CEIVAP, fazendo um relato sobre uma
22 reunião ocorrida recentemente entre o CEIVAP e representantes do Comitê do Rio Guandu/RJ,
23 para tratar das negociações decorrentes da transposição entre as bacias. Registrou que os
24 entendimentos ocorridos foram bem sucedidos. Percebe que os avanços técnicos estão mais
25 rápidos do que as articulações e o processo político, que ações políticas devem acompanhar,
26 evoluir em paralelo com as questões técnicas. Ao final, enalteceu o papel da CTCOB e as suas
27 reuniões onde todos podem participar, aproveitar e crescer. A Sra. Vera Lúcia, vice-presidente
28 do CEIVAP, complementou e concordou com o Sr. Neiva no que diz respeito ao
29 desconhecimento do poder político sobre aspectos fundamentais da gestão de recursos Hídricos,
30 e da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. A Sra. Maria Aparecida Vargas,
31 Secretária Executiva do CEIVAP e Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP
32 colocou a AGEVAP à disposição da CTCOB para qualquer tipo de informação e participação.
33 Informou que estava agendada uma reunião naquele dia com a Diretoria Colegiada da ANA para
34 tratar de todos aqueles assuntos relacionados à continuidade da implementação da Cobrança pelo
35 uso da Água na Bacia do Rio Paraíba do Sul. Dentre os temas a serem discutidos com a agência
36 destacou o Contrato de Gestão, a inadimplência de usuários na bacia, a cobrança nos rios de
37 domínio dos estados na bacia, insuficiência do cadastro dos usuários e parcelamento de débitos.
38 A Sra. Patrícia sugeriu à Diretoria do CEIVAP que agendassem a discussão sobre um problema
39 que pode ocorrer em futuro próximo, relacionado ao ano eleitoral 2006 e o empenho dos
40 recursos arrecadados com a Cobrança. A Conselheira Cristina Yuan voltou a comentar sobre as
41 inconsistências existentes na Lei 4.247, do Rio de Janeiro, que conflitam com a Lei 9.433.
42 Perguntou quais seriam as providências a serem tomadas pela CTCOB diante destes fatos. O
43 relator da CTCOB lembrou que a Câmara acompanha com atenção todos os encaminhamentos
44 sugeridos e relatados anteriormente pela própria conselheira, no que diz respeito às alterações
45 que estão sendo propostas pelo CERH/RJ à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
46 A Sra. Cristina Yuan comentou ainda que esperava que houvesse por parte do CNRH um
47 posicionamento político que ajudasse a viabilizar o pacto entre os três Estados que compõem a
48 Bacia do Rio Paraíba do Sul, no sentido de expandir a cobrança na Bacia. A respeito do assunto,
49 a Sra. Aparecida relatou sobre reunião ocorrida entre os secretários de Recursos Hídricos de
50 Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e a possibilidade de assinarem um Convênio de
51 Integração, visando a harmonia da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos na Bacia. *Item 4 da*
52 *pauta- X reunião do GTAAC – Discussão de propostas de encaminhamento de respostas aos*

1 *CERH e Comitês de Bacia.*- O encaminhamento aprovado foi o de preparar um ofício àqueles
2 que responderam os ofícios anteriores, comunicando que as informações sobre os pleitos
3 encaminhados estão disponíveis no site do CNRH. Foi sugerido ainda que se destacasse no ofício
4 a qualidade dos projetos enviados. Durante as discussões, cogitou-se sobre a possibilidade de
5 encaminhamento, com requerimento de urgência, de uma moção ao MMA e MPO sobre os
6 problemas decorrentes do contingenciamento dos recursos fiscais na implementação da Política
7 de Recursos Hídricos no Brasil. *Item 6 da Pauta: Concessão de Outorga em terras Indígenas e*
8 *pertinência da discussão deste tema na CTCOB*- Como solicitado, o Sr. Aureliano, relator da
9 CTAP, compareceu à reunião para prestar esclarecimentos sobre o assunto. Disse o relator que
10 conforme parecer de sua autoria, foi convidado à CTAP um assessor parlamentar que informou
11 que os problemas em terras indígenas devem ser tratados no Congresso Nacional. Disse que o
12 problema em questão diz respeito a conflitos entre um empreendedor e uma tribo indígena na
13 bacia do Rio Tocantins para permitir a elaboração do EIA/RIMA, necessário ao licenciamento
14 ambiental. A Sra Patrícia Boson perguntou se o problema era relacionado à outorga ou ao
15 licenciamento ambiental, se à outorga a solução estava na ANA, se ao licenciamento, no
16 CONAMA e IBAMA. Após esclarecimentos, entendeu a CTCOB que não havia pertinência em
17 o que o assunto fosse tratado na Câmara. *Assuntos Gerais*- A Sra. Elizabeth justificou a sua
18 ausência na reunião que se encerrava, por estar discutindo na Câmara dos Deputados sobre as
19 audiências que iriam se iniciar, relacionadas ao PL, sobre a Política de Saneamento no Brasil
20 que estava em discussão. Às 16:20 h, o Sr. Pedro Pociotti, na qualidade de substituto do
21 Presidente da CTCOB, encerrou a reunião e agradeceu a presença de todos.

22
23
24
25 Ata aprovada na 36ª reunião da CTCOB dia 20/07/05

26
27
28
29 Décio Michellis Júnior
30 Presidente da CTCOB

31
32
33 Ednaldo Mesquita Carvalho
34 Relator da CTCOB
35
36
37